

ANALISE DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES INDIGENAS FRENTE A POLÍTICA PÚBLICA - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

Joice Schneider Marmentini

Thaís Janaina Wenczenovicz

RESUMO: O Plano Brasil sem miséria é uma política pública criada no ano de 2011, voltado às famílias que vivem na extrema pobreza tanto no meio rural como no urbano. O plano é baseado em três pilares: garantia de renda; acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva. As ações do Plano Brasil Sem Miséria contemplaram quatro comunidades indígenas no Rio Grande do Sul (Terra Indígena Ligeiro-Charrua-RS; Terra Indígena Cacique Doble-Cacique Doble-RS, acampamento Forquilha- Cacique Doble- RS; e Terra indígena do Guarita- abrangendo cidades de Tenente Portela, Redendora e Erval Seco), no período de 2013 a 2015 beneficiando mais de 1000 famílias que estavam cadastradas no CADÚnico, em situação de extrema pobreza. Como a titularidade do cadastro único em sua grande maioria eram as mulheres, desta forma seriam elas e suas respectivas famílias as beneficiárias do Plano que previa o repasse de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) a cada titular para realizar atividades de produção de alimentos para o autoconsumo, bem como atividades de inclusão social e produtiva com intuito de gerar renda. Sendo assim, as ações realizadas durante os dois anos de atividade tiveram como objetivo central o empoderamento das mulheres frente as questões decisórias sobre o que fariam com o dinheiro recebido, a participação em oficinas com temáticas voltadas as necessidades das mulheres indígenas em cada comunidade como melhorias na habitação, saneamento básico, educação, saúde, produção de artesanato rural promovidas pelo agente executor em parceria com o poder público municipal. Como resultado desta política pública percebeu-se que as questões de gênero dentro de comunidades indígenas puderam ser entendidas com mais propriedade no que tange a organização familiar e comunitária, o acesso a outras políticas públicas, bem como na nova percepção que as mulheres tiveram de si mesmas. Além de serem cuidadoras do lar e dos filhos puderam interagir no processo decisório das ações realizadas dentro da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública. Mulheres. Povos Indígenas.